



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

## PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TOMADA DE CONTAS - COFTC

Parecer n.º 21 de 03 de Maio de 2021.

Projeto de Lei n.º 31/2021 de 22 de Março de 2021.

### Relatório

O projeto em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, *“Autoriza abertura de créditos adicionais especiais no valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), referente ao pagamento de tarifas bancárias, junto ao orçamento municipal de 2021, e dá outras providências”*.

Vem a esta comissão, para parecer, projeto em epígrafe, com base no artigo 49 do Regimento Interno que relata:

*“Art. 49. Compete à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas manifestar-se sobre matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívidas públicas e outras; além de proposições que fixem e revisem os vencimentos do funcionalismo e os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores”*.

### Fundamentação

A Lei Federal n.º 4.320, de 1964, que versa sobre normas gerais de direito financeiro, estabelece que os créditos especiais se destinam a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica. Dispõe, ainda, a referida norma, em seu art. 42, que os créditos serão autorizados por lei e abertos por decreto. Além disto, o art. 40 e art.41 II da referida lei, dizem:

*“Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento”*



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

*"Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:*

*(...)*

*II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;"*

A Constituição da República estabelece, em seu art.167, inciso V, que é vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes:

*"Art.167. São vedados:*

*(...)*

*V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;"*

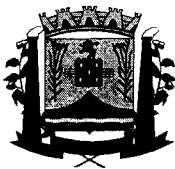
De acordo com o art. 2º do referido Projeto de Lei nº 31/2021, para atender a abertura dos créditos adicionais autorizados pelo art. 1º, serão utilizados como fonte de recursos:

1) *A anulação parcial da dotação orçamentária 02 08 04 15 451 0009 1.052 4490.51 F-2070, para a rubrica de DR 124;*

2) *Receita proveniente de superávit financeiro, para a rubrica de DR 254 (COVID)*

3) *Anulações parciais das dotações orçamentárias 02 07 01 10 301 0022 1.012 4490.52 F-681, para a rubrica de DR 153 e 02 07 01 10 302 0023 2.082 3350.41 F-817, para a rubrica de DR 123*

Na mensagem nº 13/2021 vinda do Poder Executivo, é explicado que **até o ano de 2020 todas as despesas com tarifas bancárias de recursos vinculados eram empenhadas em dotação única**, ou seja, classificadas em uma dotação genérica, independente do número da Destinação de Recurso (DR).



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Contudo, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) orientou a **necessidade de que as tarifas bancárias** de uma conta com recursos de uma determinada Destinação de Recurso (DR) **sejam contabilizadas e pagas com uma Destinação de Recurso (DR) equivalente**.

Por isto, a **necessidade da criação de fichas orçamentárias específicas** para as contas de **recursos vinculados** na Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria de Obras. Assim sendo, entende-se que o presente Projeto de Lei nº 31/2021 tem caráter corretivo e de ajuste quanto a uma nova medida solicitada pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) para que, assim, o Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM) do referido Tribunal não acuse erro nas transmissões mensais de dados para o órgão.

## Conclusão

Pelas razões expostas, a Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas opina pela aprovação do Projeto de Lei n.º 31/2021.

Ubá, 03 de Maio de 2021.

ALINE MOREIRA SILVA MELO  
MEMBRO DA COMISSÃO

GILSON FAZOLLA FILGUEIRAS  
MEMBRO DA COMISSÃO

JOSÉ MARIA FERNANDES  
MEMBRO SUPLENTE DA COMISSÃO